



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE LEITE ESCOLAR

PROC. 124/2022_CMA

CONVITE

(Nos termos do artigo 115.º do CCP)



ÍNDICE

1.	IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO	3
2.	ENTIDADE ADJUDICANTE	3
3.	ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	3
4.	FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO	3
5.	DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	3
6.	MODO E PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	4
7.	APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES	4
8.	PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	5
9.	NEGOCIAÇÕES	5
10.	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
11.	PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
12.	CAUÇÃO	6
13.	PEÇAS QUE CONSTITUEM O PROCEDIMENTO	6
14.	ASSUNÇÃO DE NOVOS COMPROMISSOS	6
15.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	7



1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem por objeto a celebração de um contrato para o **“Fornecimento contínuo de leite escolar aos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico dos quatro Agrupamentos de Escolas do Município de Alenquer”**, de acordo com o prescrito no presente convite e caderno de encargos respetivo.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Alenquer, sito na Praça Luís de Camões, 2580-318 Alenquer, com o número de telefone 263 730 900 e de fax 263 711 504.

3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Presidente da Câmara, através da competência que lhe é conferida ao abrigo do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar a respetiva despesa, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

4. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

De acordo com o estabelecido no artigo 18.º do CCP, a escolha do procedimento deve ser feita tendo por base o valor do contrato a celebrar. O tipo de procedimento a adotar é o **ajuste direto, ao abrigo da alínea d) do artigo 20.º do CCP**, dado que o valor do contrato a celebrar é inferior ao limite previsto naquela alínea.

5. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1 - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo;

2 - A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP;
- b) Declaração vinculativa do prazo máximo de entrega dos bens objeto de contrato;
- c) Cópia da certidão do registo comercial da sociedade ou código de acesso à “Certidão Permanente” da sociedade, a qual corresponde à disponibilização em suporte eletrónico (artigo 14.º da Portaria 1416-A/2006, de 19 de dezembro), no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;



- d) Declaração de inexistência de impedimentos para a participação em procedimentos de contratação pública, conforme modelo anexo ao presente convite, nos termos dos artigos 69.º a 76.º do código do procedimento administrativo, aprovado pelo decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro), datada e assinada digitalmente;
- e) Uma lista de preços unitários preenchida de acordo com a lista de artigos e quantidades constantes do Caderno de Encargos e preço global do fornecimento;
- f) Nota justificativa do preço proposto por lote, com menção dos custos do leite em natureza com 1,5% de gordura, custos de produção, valor da embalagem, encargos com o pessoal, encargos gerais e lucro, bem como outros custos associados;
- g) A proposta deve indicar os valores nutricionais por 200 ml de leite (hidratos de carbono, lípidos, calorias, entre outros);
- h) Declaração que mencione a percentagem de todos os aditivos, substâncias e/ou ingredientes constantes do leite escolar;
- i) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis na apresentação da sua proposta.

3 – Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

4 - Todos os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

5 - No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos pontos anteriores.

6 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

6. MODO E PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1 - Os documentos que constituem a proposta **devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica de compras públicas** utilizada pelo Município de Alenquer, no endereço www.acingov.pt, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 62.º do CCP;

2 - A proposta deve ser apresentada até às **23h59m do 5.º dia a contar da data do envio do presente convite**.

3 - A pedido fundamentado, o prazo fixado para apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado.

7. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

1 - Não é admitida a apresentação de propostas variantes.



2 - São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.

8. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **66 (sessenta e seis) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

9. NEGOCIAÇÕES

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

10. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º e elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II, ambos do CCP atualmente em vigor;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º CCP, designadamente os seguintes documentos:
 - i. Registo Criminal do concorrente e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência e se encontrem em efetividade de funções, ou código de acesso às mesmas;
 - ii. Certidão comprovativa em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iii. Certidão comprovativa em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- 2 - Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
- c) Documento comprovativo do registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou, em alternativa, o respetivo código de acesso.
- d) Identificação pessoal da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato;



e) Indicação do interlocutor na execução do contrato e respetivos contactos: e-mail e telefone.

3 - Quando os documentos a que se referem as alíneas b) e d) do ponto 1 se encontrarem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao Município de Alenquer o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

4 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto do ponto 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

11. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação exigidos **no prazo de 2 dias (úteis)**, contados da data da notificação da adjudicação, na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Alenquer.

2 - Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade, o adjudicatário será notificado para, no prazo de **2 dias (útil)** se pronunciar, por escrito, relativamente ao qual o facto ocorreu, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP;

3 - Em função das razões invocadas e caso as irregularidades detetadas se verifiquem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, deverá o mesmo suprimir as irregularidades detetadas no prazo de **2 dias (úteis)**, sob pena de caducidade da adjudicação, conforme disposto no n.º 3 do citado artigo 86.º do CCP.

12. CAUÇÃO

1 - Não é exigida a prestação de caução, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

13. PEÇAS QUE CONSTITUEM O PROCEDIMENTO

Fazem parte integrante do presente procedimento as seguintes peças:

- a) O presente convite;
- b) O caderno de encargos.

14. ASSUNÇÃO DE NOVOS COMPROMISSOS

A adjudicação está dependente da verificação da conformidade legal da despesa, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de



compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas e demais normas exigidas por lei, designadamente a existência de Fundos Disponíveis à data da assunção do compromisso.

15. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não esteja previsto no presente programa de procedimento aplica-se o Código dos Contratos Públicos, publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.